

**Endangered Archives Programme:
*experiências arquivísticas e a
digitalização de documentos históricos na
Paraíba***

Francisco Sávio da Silva

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Graduado em Arquivologia.

Henry Poncio Cruz de Oliveira

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista. Professor adjunto no Departamento de Ciência da Informação (DCI) da Universidade Federal da Paraíba.

Resumo: Neste artigo, apresentamos os resultados de dois projetos de extensão realizados em parceria, entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), da Universidade Federal da Paraíba, Brasil; a Vanderbilt University, Estados Unidos; e a British Library, Inglaterra. Os projetos EAP 627 e EAP 853 digitalizaram documentos históricos que estavam sob a ameaça de serem apagados da memória, datados dos séculos XVII ao XX, em Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, estado da Paraíba. Metodologicamente, essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso do tipo descritivo e de cunho exploratório. Como resultado, além da criação de um acervo digital com mais de 230 mil imagens, os dois projetos contribuíram como atividade acadêmica para um ensino mais dinâmico e interativo entre o aluno e o conhecimento direto proporcionado pela prática arquivística.

Palavras-chave: Arquivística; acervos digitais; projetos de extensão.

Endangered Archives Programme: archivistic experiences and the digitization of historical documents in Paraíba

Abstract: In this article, we present the results of two extension projects carried out in partnership between the Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies and Research (NEABI), Federal University of Paraíba, Brazil; Vanderbilt University, USA; and British Library, England. Projects EAP 627 and EAP 853 digitized historical documents that were under threat of being erased from memory, dating from the 17th to the 20th centuries, in Mamanguape, São João do Cariri and João Pessoa, state of

Paraíba. Methodologically, this research is characterized as a case study of the descriptive type and exploratory. As a result, in addition to the creation of a digital archive with more than 230,000 images, the two projects contributed as an academic activity to a more dynamic and interactive teaching between the student and the direct knowledge provided by the practice archives.

Keywords: Archival; digital collections; extension project.

Introdução

O presente artigo teve como cerne os relatos de experiência de pesquisa e digitalização de documentos históricos no âmbito de dois projetos de extensão realizados, a partir da parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), pertencente ao Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, com a *Vanderbilt University*, nos Estados Unidos, e a *British Library*, na Inglaterra. O primeiro é intitulado *EAP 627 – Digitising endangered seventeenth to nineteenth century secular and ecclesiastical sources in São João do Cariri and João Pessoa, Paraíba, Brazil*; e o segundo, intitulado *EAP 853 – Creating a digital archive of eighteenth and nineteenth century criminal and notarial records in Mamanguape, São João do Cariri and João Pessoa, Paraíba, Brazil*. Especificamente, buscou-se quantificar a documentação digitalizada, descrever o trabalho técnico metodológico utilizado e exemplificar trabalhos acadêmicos construídos, a partir dos acervos digitais criados.

Como abordagem metodológica, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso do tipo descritivo ao possibilitar a narração dos projetos de extensão dentro dos seus contextos reais, com o intuito de compreendê-los de forma mais detalhada. Com essa abordagem investigativa procuramos responder a duas questões centrais, sendo estas: o “como?”, ao mostrar o processo de digitalização, suas etapas e procedimentos, e o “por quê?” (YIN, 2005), em vista que, se aprofunda nas situações e interações de fatores relevantes aos projetos e suas dinâmicas sociais e acadêmicas. Ademais, é caracterizada como um estudo exploratório, com o intuito de “(...) proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (...)” (GIL, 2010, p. 27).

Como campo de pesquisa foram utilizados, em João Pessoa, os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Arquivo Histórico Waldemar Bispo

Duarte e do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto. No que concerne a São João do Cariri, os arquivos estudados foram os da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres e do Fórum Nivaldo Farias Brito, enquanto que em Mamanguape, o arquivo do Fórum Desembargador Miguel Levino Oliveira Ramos.

Os dois projetos de extensão foram financiados pela British Library, por meio do programa *Endangered Archives Programme*,¹ que objetiva contribuir para a preservação de documentos que estão sob a ameaça de desaparecimento, por negligência ou deterioração física. Em vista disso, a prioridade é que a documentação original não saia do país de origem, exceto em casos excepcionais, quando é necessário fazê-la, temporariamente, para fins específicos de conservação ou cópia. Os equipamentos utilizados na digitalização permanecem no país do projeto no final da concessão para uso futuro.

Para além da digitalização de documentos manuscritos e impressos, o *Endangered Archives Programme* tem financiado projetos que trabalham na perspectiva de preservação de áudio de línguas ou dialetos próximos de extinção, principalmente na África. Como por exemplo, as 1.296 horas de gravações dos programas da Rádio Golha,² no Irã, gravados entre 1956 e 1979, e as pinturas rupestres das montanhas Tadrart Acacus,³ no sudoeste da Líbia.

O *Endangered Archives Programme* tem parceria com a Arcadia,⁴ um fundo financeiro mundial que colabora com projetos de preservação da memória em diferentes segmentos por todo o planeta, apoia instituições que preservam o patrimônio cultural e o meio ambiente, além disso, os financiamentos são concedidos, desde que todos os materiais produzidos sejam disponibilizados gratuitamente na internet.

No Brasil, há outro projeto de digitalização em andamento, com o apoio financeiro do *Endangered Archives Programme*, coordenado pelo prof. dr. João José Reis, o *EAP 703 – Digitising Endangered Manuscript Sources: The Notary Books of Bahia, Brazil, 1664-1889*,⁵ que está sendo executado no Arquivo Público do Estado da Bahia, e tem a meta de digitalizar 841 livros de notas, gerando aproximadamente 450.000 imagens.

¹ Disponível em: <<http://eap.bl.uk>>.

² Disponível em: <<https://sounds.bl.uk/World-and-traditional-music/The-Golha-radio-programmes>>.

³ Disponível em: <<https://eap.bl.uk/project/EAP265>>.

⁴ Disponível em: <<https://www.arcadiafund.org.uk>>.

⁵ Mais informações em: <<https://eap.bl.uk/project/EAP703>>.

Os projetos EAP 627 e EAP 853 tiveram o apoio técnico da Vanderbilt University, através do programa *Ecclesiastical and Secular Sources for Slave Societies*,⁶ que preserva digitalmente documentos ameaçados de extinção relacionados a africanos e povos afrodescendentes nas Américas. Este programa surgiu em 2003, através de investimentos da *Collaborative Research Grant* e da *National Endowment for the Humanities*, por meio do *Protecting Our Cultural Heritage*. A partir de 2007, os subsídios do British Library permitiram que o programa se expandisse para outros países, fazendo com que fossem realizados projetos em Cuba, Colômbia e Brasil.

No Rio de Janeiro, a Vanderbilt University apoiou, tecnicamente, o projeto *NEH RZ-50095: Ecclesiastical Sources and Historical Research on the African Diaspora in Brazil and Cuba: Ecclesiastical, Governmental, and Private Documents from Rio de Janeiro, Brazil*. E atualmente, em Minas Gerais, através de uma parceria com o Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), colabora no projeto *Wills of Free and Freed Blacks (1729-1956) from Minas Gerais, Brazil*,⁷ que objetiva preservar a documentação histórica relativa aos africanos e seus descendentes no estado de Minas Gerais.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), que pertence ao Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vem realizando diversos projetos envolvendo ensino, extensão e pesquisa, com relação à preservação da memória da população negra brasileira em parceria com outras instituições nacionais e internacionais.

Ainda, tem por escopo institucional o fortalecimento de atividades concernentes à valorização das identidades afro-brasileira e indígena, colaborando com a formação inicial e continuada de professores, elaborando materiais específicos sobre a temática afro-brasileira, contribuindo na condução de objetos de pesquisas e auxiliando, de forma direta ou indireta, os pesquisadores. E mais, tem estimulado estudos, sistematizando documentos escritos e fotografias da população negra na Paraíba e registrando memórias e experiências históricas de lideranças negras nascidas no século XX a partir da gravação de vídeo-documentários.

Tendo em vista os contextos acima citados, percebe-se que este trabalho pode contribuir de maneira enfática com os estudos acerca de preservação da memória, por meio das tecnologias da informação, uma vez que apresenta os procedimentos técnicos

⁶ Mais informações em: <<http://www.vanderbilt.edu/esss>>.

⁷ Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/esss/brazil/projects/projectminas.php>>.

de digitalização de documentos históricos em ambientes de extensão universitária, exemplificando a possibilidade da captação de recursos financeiros em outras instituições, inclusive em outros países para a digitalização de documentos históricos que estavam sob a ameaça de desaparecimento. Há, ainda, a contribuição para a compreensão das práticas interdisciplinares, já que trabalha com aparatos teóricos e metodológicos da Ciência da Informação, da Arquivologia, da História, da Paleografia e da Diplomática, no intuito de investigar práticas empíricas para salvaguardar e disponibilizar na internet documentos que revelam elementos da memória paraibana.

Referencial teórico

O elemento que impulsiona as atividades dos (as) pesquisadores (as) na construção das suas pesquisas é a informação. Do mesmo modo, seu uso científico e social favorece a aquisição de novos conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento da ciência. Da mesma maneira, ressalta-se que as pesquisas tenham um caráter tanto de cunho social, quanto técnico, pois, a partir de seus resultados, os problemas e as soluções ficam em evidência e propiciam benefícios a sociedade.

O processo de disseminação cultural e científica da informação tem avançado consideravelmente nos últimos anos, tendo os acervos digitais relevância na difusão do patrimônio documental arquivístico, democratizando o acesso aos registros dos fenômenos culturais, econômicos e sociais.

Neste cenário, se destaca um documento significativo, publicado pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), a “Resolução 31”, que contém as recomendações para a digitalização de documentos arquivísticos permanentes. Assim, quanto à importância da digitalização, menciona que:

(...) é uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais, como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais (...) (CONARQ, 2010, p. 4).

O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), na mesma Resolução 31, define digitalização como sendo:

(...) processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de bits – que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 *bits* (*binary digit*) formando um *byte*, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados (CONARQ, 2010, p. 5-6).

Pelas palavras de Schäfer (2010), a Resolução 31 contém as considerações gerais sobre os programas de captura digital, detalhando os itens específicos quanto a parâmetros técnicos para a composição da imagem digital, possibilitando a obtenção de representantes digitais, de acordo com as definições estipuladas por especialistas da área, oferecendo maiores perspectivas para o uso e acesso dos objetos digitais ao longo do tempo (SCHÄFER, 2010).

Os documentos são requisitos fundamentais para a produção e sistematização do conhecimento histórico. Neste sentido, a preservação de fontes históricas, como as notariais, criminais e eclesiásticas possibilita o direito à memória, a proteção do patrimônio arquivístico, e proporciona a produção do conhecimento científico. E os acervos digitais são utilizados para o desenvolvimento de pesquisas nos diferentes níveis de estudos: graduação, mestrado e doutorado, mas também na educação básica, viabilizando a elaboração de estudos que valorizam as múltiplas experiências e vivências sociais.

O uso dos acervos digitais para a disseminação da informação, seja para fins sociais, como as atividades de ação cultural (COELHO, 1989) ou difusão cultural (BELLOTTO, 1991), ou ainda de educação patrimonial (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999) ou acadêmicas, enquanto fenômeno socio-histórico de investigação científica, vem acompanhado de uma perspectiva de preservação junto aos arquivos nas diferentes fases – corrente, intermediário e permanente – da vida de um documento, propiciando uma maior relação entre as instituições e a sociedade, contribuindo com diálogos plurais e significativos para a temática arquivística. Outrossim, Rousso (1996, p. 2) entende as fontes como sendo:

(...) todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, “virtuais” (contando, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) – e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado.

A relevância da informação no cenário administrativo e cultural, onde o volume de informação é cada vez maior e veloz, destaca o que a necessidade informacional construiu nos últimos anos, ou seja, uma consciência da importância de sua preservação, bem como, sua ampla distribuição e liberdade de acesso. Neste contexto, destaca-se o pensamento de Castells (2003, p. 501), em que a sociedade “está construída em torno de fluxos de capital, informação, imagens, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social, mas a expressão dos processos que dominam a vida econômica, política e simbólica”.

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a disseminação da informação deve estar, diretamente, ligado a uma política pública de preservação da memória nos mais variados suportes, incluindo, aqui, as fontes orais, iconográficas, audiovisuais, dentre outras. Logo, com o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais, o fortalecimento da pós-graduação e o consequente aumento de pesquisas, as fontes documentais como os assentos batismais, de óbitos, casamentos e inventários são utilizadas, principalmente, por pesquisadores em temáticas envolvendo a *micro-história* (GINZBURG, 1987) e a chamada *história vista de baixo* (SHARPE, 1992).

É importante salientar que a cooperação entre as instituições de memória, universidades e a sociedade é fator preponderante para a preservação do patrimônio arquivístico mundial, e ainda ressaltar o trabalho técnico do arquivista em interação com outros profissionais, como os historiadores e bibliotecários, por meio da cooperação técnica e financeira, para que se alcance o objetivo maior, que é preservar os documentos que trazem em sua essência a memória e a identidade de uma nação. A

partir desse ponto de vista, Ragazzini (2001) assevera que cabe ao pesquisador a tarefa de selecioná-las e interrogá-las, e mais:

A fonte é uma construção do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado. A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Como bem ressalta Bacellar (2008), as fontes, que podem ser encontradas nos arquivos do Poder Judiciário, são os inventários, testamentos, processos cíveis e os processos-crimes. Já nos arquivos cartoriais, encontramos os livros de notas e registro civil. O mesmo autor (2008, p. 36) comenta que “os testamentos, preciosos registros das últimas vontades de um indivíduo, permitem que se penetre no mundo das crenças e das visões de mundo do homem do passado”, levando em consideração o contexto histórico de sua produção, período colonial ou imperial, podemos identificar a presença do sentimento religioso.

No que se refere aos processos-crimes e cíveis, estas fontes apresentam-se como democráticas, pois possibilitam identificarmos vários grupos sociais: do escravizado ao senhor, e viabilizam a análise de vários assuntos, conforme nos orienta Bacellar (2008, p. 37):

(...) são fontes preciosas para o entendimento das atividades mercantis, já que são recorrentes os autos de cobranças judiciais de dívidas e os papéis de contabilidade de negócios de grande e pequeno porte. A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade das populações do passado.

Todavia, em relação à Arquivística, recentemente as autoras Natália Bolfarini Tognoli e Elane Rodrigues da Silva Ferreira publicaram um artigo na Revista *Ágora* (2017, p. 7-28), intitulado “Os arquivos eclesiásticos e a Arquivística brasileira: uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos brasileiros”, analisando como a literatura científica da Arquivística brasileira aborda o tema dos arquivos eclesiásticos. Como resultado, “observou-se que a temática recebe pouca atenção da comunidade científica da Arquivística no país, o que demonstra que a discussão sobre os estudos no âmbito dos arquivos eclesiásticos caminha a passos curtos” (TOGNOLI, FERREIRA, 2017, p. 8).

Resultados e discussões

Os projetos *EAP 627* e *EAP 853* foram realizados num âmbito de extensão universitária, a partir de uma parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), da Universidade Federal da Paraíba, no Brasil; a Vanderbilt University, nos Estados Unidos; e a British Library, na Inglaterra.

A extensão universitária busca colaborar com a formação acadêmica e cidadã dos discentes por meio de ações pautadas nas necessidades da comunidade. Neste caso, procura preservar e difundir documentos históricos, fortalecendo, assim, o ideal de uma Arquivística socialmente responsável. Para Silva (2002), a extensão busca problematizar o ensino, a pesquisa e interligar a universidade ao contexto regional e à realidade social, promovendo a troca de saberes com a atividade pedagógica, desenvolvendo uma metodologia de ação social na universidade.

O conceito de extensão está ligado à função social da universidade, integrando o ensino e a pesquisa, permitindo o apoio à comunidade no enfrentamento dos problemas sociais. Vidigal (2008) corrobora com essa perspectiva, ao relacionar a extensão a um trabalho social e útil, com a intencionalidade de atuação frente aos desafios e contradições da realidade social, afirmando que “é na extensão universitária que a vocação pública das universidades se reforça e que se solidificam os laços com a sociedade e com os movimentos sociais que a compõem” (VIDIGAL, 2008, p. 14).

Os projetos que aqui foram destacados estiveram sob a coordenação da prof^a. dr^a. Courtney Campbell, da University of Birmingham, Inglaterra; do prof. dr. Marshall Eakin, da Vanderbilt University, e da prof^a. dr^a. Solange Rocha, do Departamento de

História da Universidade Federal da Paraíba, sendo supervisionados tecnicamente pela prof^a. pos-doc. Maria da Vitória Barbosa Lima. Num total, 16 alunos participaram na condição de extensionistas, entre graduandos e mestrandos, das áreas de Arquivologia, História e Ciência da Computação, em nível de graduação, e História e Ciência da Informação, em nível de mestrado.

O processo de digitalização se inicia com a procura e a seleção dos documentos nos acervos e a assinatura de acordos entre as instituições. Logo que a parceria é oficializada, acontecem as atividades nos arquivos, realizando a identificação, a higienização e o acondicionamento. Estes procedimentos também servem para verificar outros fatores, como a falta de algumas folhas, objetos estranhos e/ou documentos de origens diferentes que estejam misturados.

Em seguida, se inicia o processo de digitalização (ver imagem 1), empregando o recurso da fotografia digital, que devido à fragilidade dos documentos, não é aconselhável a sua cópia por *scanner*. Desta maneira, são utilizadas câmeras acopladas a um tripé que cria estabilidade para a imagem, além de disparadores remotos que impedem que as imagens fiquem embaçadas e/ou ilegíveis, além de escala de cores, régua, mesa com superfície escura para contrastar com o documento, computadores e HD's externos para o armazenamento das imagens.

Os formatos das imagens capturadas atendem tanto às orientações do Conarq, contidas na Resolução 31, como às regras da British Library, que recomendam a captura de uma matriz no formato RAW, com a dimensão de 4.000 x 3.000 *pixels*, com profundidade de 24 *bits* por canal RGB (*red, green, blue*), gerando um arquivo não comprimido de, em média, 12 *megapixels*. Juntamente com esse arquivo, a câmera gera um arquivo em JPEG, com resolução mínima de 180 dpi. O mesmo arquivo em RAW possibilita, ainda, a criação de arquivos de alta resolução para armazenamento no formato TIFF.

Imagem 1 – Processo de digitalização no Tribunal de Justiça da Paraíba



Fonte: Tribunal de Justiça da Paraíba, 2017⁸

Após esta fase, é realizada a revisão das imagens e a confecção de tabelas descritivas contendo os seus respectivos metadados, que serão disponibilizados, junto com as imagens, nas plataformas digitais, resumindo cada item documental, sintetizando os elementos necessários para a descrição, tais como: identificar a tipologia documental, autoria, os cargos, títulos, a destinação, o assunto, as datas, dentre outras informações, que ajudam os pesquisadores, por exemplo, na seleção e delimitação de recorte temporal ou objeto de estudo.

O primeiro projeto, *EAP 627 – Digitising Endangered Seventeenth to Nineteenth Century Secular and Ecclesiastical Sources in São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brazil*, foi realizado entre os anos de 2013 e 2015, e teve como meta criar um acervo digital contendo os mais antigos e ameaçados registros históricos do estado da Paraíba.⁹

Foram utilizados três arquivos: 1) Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; 2) Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, em João Pessoa; e 3) Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri. Como resultado, foram digitalizados 262 volumes de documentos manuscritos e impressos, totalizando 82.890 imagens.

⁸ Disponível em: <www.tjpb.jus.br/projeto-de-extensao-da-ufpb-produziu-acervo-digital-com-documentos-historicos-do-judiciario>.

⁹ Pode ser acessado nas plataformas da British Library e Vanderbilt University, nos seguintes endereços: <http://diglib.library.vanderbilt.edu/esss_627.pl> e <<https://eap.bl.uk/project/EAP627>>.

No Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte foram selecionados 128 volumes manuscritos, datados de 1704 a 1889, organizados cronologicamente em 11 séries: Registro de Sesmarias (1704-1824), Registro de Terras (1854-1865), Atos da Administração Central, Portugal e Brasil (1797-1856), Cartas Patentes (1776-1865), Atos do Governo da Paraíba (1823-1889), Prefeitura e Chefia de Polícia (1837-1871), Instrução Pública (1865-1889), Câmara Municipal e Assembleia Provincial (1830-1853), Tesouro Provincial (1837-1875), Administração de Rendas (1841-1869) e Magistrados (1877-1886).

No Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foram selecionados 46 volumes de documentos manuscritos e impressos, compreendendo o período de 1660 a 1927, organizados em 12 séries: Escrituras (1660-1665), Ordens Régias (1709-1821), Correspondência de Governo (1757-1824), Livros de Notas (1799-1861), Justiça (1688-1887), Emancipação de Escravos (1881-1884), Rendas e Transportes (1851-1918), Legislação Provincial e Constituição Estadual (1838-1892), Partido Político (1911-1920), Atlas Geográfico (1868-1909), Missais (1856-1873) e Documentos Coloniais, Imperiais e Republicanos (1781-1927).

Na Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri, a documentação foi organizada em sete séries, datada de 1752 a 1931, num total de 54 volumes: Livro de Batismo, Casamento e Óbito (1752-1815), Batismos (1765-1928), Crisma (1778-1816), Casamento (1770-1927), Óbito (1786-1931), Finanças (1766-1861) e Filiação (1915-1917).

O acervo digital criado a partir desta documentação já foi utilizado para a construção de estudos, dos quais podemos citar, em nível de mestrado, a pesquisa intitulada “Parentesco e sociabilidades: experiências de vida dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816”, de Solange Mouzinho Alves, que mostrou a população escravizada no sertão de São João do Cariri, analisando a formação de parentescos e sociabilidades de mulheres, homens e crianças escravizados, em suas experiências familiares, por meio de investigações de rituais da Igreja Católica. Esta pesquisa foi fundamentada nas fontes documentais eclesiais.

Podemos citar ainda a dissertação de mestrado “Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a construção de famílias negras e a prática do compadrio no Cariri paraibano (São João do Cariri, 1850-1872), de Eduardo Queiróz Cavalcante, que discutiu a formação de famílias negras, as relações de compadrio e a morte de

escravizados e libertos da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, também em São João do Cariri.

A dissertação intitulada “Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX”, de Matheus Silveira Guimarães, buscou compreender como os africanos foram introduzidos na Paraíba e como sobreviveram na região, a partir de diversas fontes como relatórios e correspondências de governadores e presidentes da província da Parahyba do Norte, inventários e testamentos, requerimentos de soltura, registros de batismo, cartas de alforria, dentre outras, abordando aspectos econômicos e sociais da região, indicando quais eram as principais rotas de importação e como se dava o cotidiano dos africanos.

O segundo projeto foi intitulado *EAP 853 – Creating a Digital Archive of Eighteenth and Nineteenth Century Criminal and Notarial Records in Mamanguape, São João do Cariri, and João Pessoa, Paraíba, Brazil*, ocorreu de agosto de 2015 até agosto de 2017, e teve como objetivo digitalizar documentos notariais e criminais no estado da Paraíba, existentes no Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, em João Pessoa; no Fórum Desembargador Miguel Levino Oliveira Ramos, em Mamanguape; e no Fórum Nivaldo Farias Brito, em São João do Cariri.¹⁰

No Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, em João Pessoa, foram selecionados 276 itens documentais, totalizando 18.386 imagens. São 31 itens documentais referentes à 1ª Vara Judicial, organizada nas séries: Inventários (1881-1900), Juízo Comercial (1867-1893) e Ações Criminais (1888-1893). Já na 2ª Vara Judicial, foram selecionados 245 itens documentais organizados nas séries: Inventários (1881-1900), Juízo de Órfãos (1874-1900), Juízo Comercial (1881-1900) e Ação Criminal (1886).

No Fórum Desembargador Miguel Levino Oliveira Ramos foram digitalizados 771 itens, totalizando 56.722 imagens, tendo uma corte temporal de 1850-1918. Essa documentação foi organizada nas seguintes séries: Juízo Comercial (1866-1899), Juízo de Órfãos (1850-1898), Ações Criminais (1870-1908), Inventários (1857-1918) e Ações Cíveis (1863-1899).

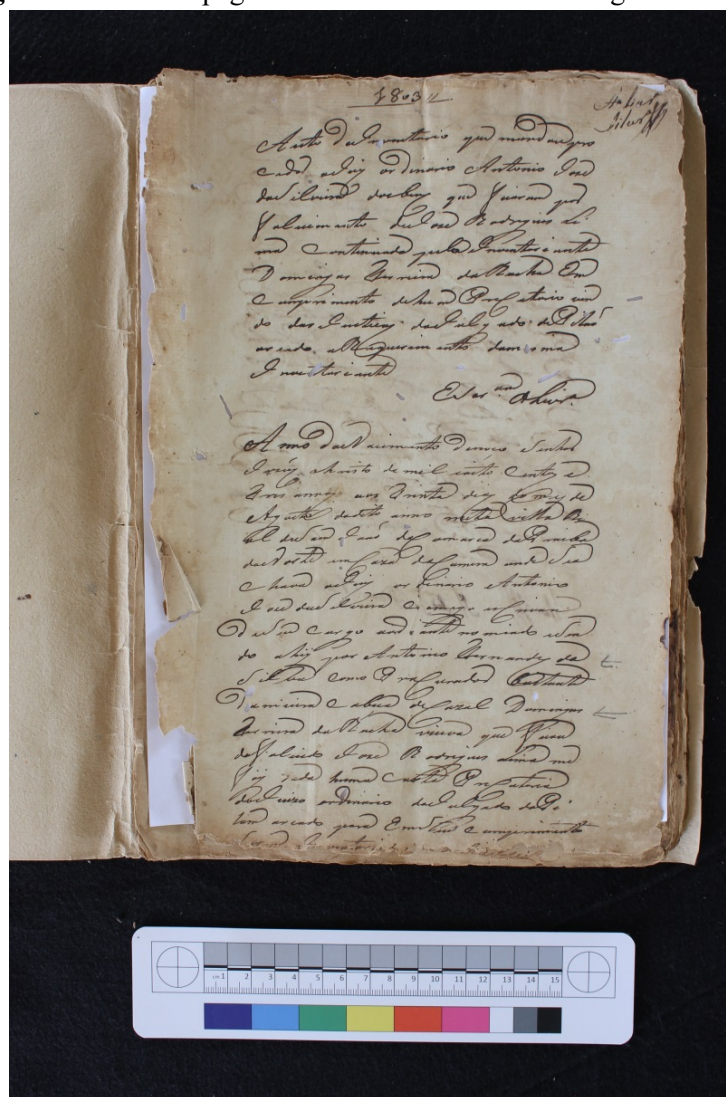
Em São João do Cariri, no Fórum Nivaldo Farias Brito, foram selecionados 896 itens documentais, todos inventários, que datam de 1782 até 1900, totalizando 74.036

¹⁰ Pode ser acessado na plataforma da British Library: <<https://eap.bl.uk/project/EAP853>>, e na plataforma da Vanderbilt University, <<https://www.vanderbilt.edu/esss/brazil/projects/projectparaiba2.php>>.

imagens. Aqui, a digitalização ocorreu como em todos os outros acervos, de forma improvisada na sala de audiências, e ainda foi necessário que a equipe ficasse na cidade durante a semana inteira, visto que a ida e vinda diária para João Pessoa, onde os alunos residem e têm suas respectivas atividades acadêmicas, não são possíveis.

Quanto aos inventários, podemos exemplificar com a digitalização da primeira página do inventário de José Rodrigues Lima (ver imagem 2), datado do ano de 1803, em São João do Cariri – PB, onde registrava-se o patrimônio do falecido e como este deveria ser repartido entre os seus herdeiros.

Imagem 2 – Primeira página do inventário de José Rodrigues Lima, 1803



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Os projetos *EAP 627* e *EAP 853* mantêm uma política que promove a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, destacando sua relevância acadêmica,

pois os mesmos estão em consonância com os projetos pedagógico dos cursos de História e Arquivologia, no que concerne à preparação de mão de obra técnica na organização de acervos documentais, locais onde se encontram a matéria-prima – a fonte primária – do historiador/a.

Considerações finais

Retomando reflexões feitas neste texto, é importante destacar que muitos dos acervos digitais reconhecidos mundialmente são financiados por entidades que têm em seu escopo a democratização da informação e a socialização de fontes documentais, mediante parcerias financeiras e técnicas, com vistas a garantir à sociedade o direito à memória e ampliar pesquisas sobre os diferentes momentos históricos.

Os acervos digitais criados já contribuíram com o desenvolvimento de pesquisas abordando a formação de redes de solidariedades e experiências familiares entre escravizados, livres e libertos nos séculos XVIII e XIX na região de São João do Cariri, como também a temática da diáspora africana na Paraíba do Norte, destacando temas como tráfico, trabalho e sociabilidades no século XIX. Busca-se também a construção de material didático que pudesse ser usado em sala de aula, no nível fundamental e médio, enriquecendo o ensino da História, Geografia, Português, entre outras ciências, em especial na Paraíba.

A extensão é compreendida como um fazer acadêmico mais criativo e que direciona para uma formação que se preocupa com os problemas contemporâneos, é aberta à produção de novos conhecimentos, novas práticas sociais e políticas, fortalecendo a teoria com as diversas realidades sociais, sendo possível ampliar currículos, estabelecer diálogos inter/trans disciplinares, institucionais e culturais, de estudantes e demais envolvidos.

É importante destacar a negligência dos órgãos gestores com relação à organização e preservação dos acervos tidos como históricos no estado da Paraíba. A inexistência de uma política pública para os acervos que compõem toda infraestrutura administrativa do estado e dos 223 municípios tem causado preocupação na sociedade civil com a possível perda de documentos históricos referentes à Paraíba.

Referências bibliográficas

ALVES, Solange Mouzinho. *Parentesco e sociabilidades: experiências de vida dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752-1816*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-76.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

CASTELLS, Manuel. A internet e a sociedade em rede. In: MORAIS, Denis de (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CAVALCANTE, Eduardo Queiroz. *Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a construção de famílias negras e a prática do compadrio no Cariri paraibano (São João do Cariri, 1850-1872)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. *Resolução N° 31, de 28 de abril de 2010*. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidade na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar em Revista*, n. 18, p. 13-28, dez. 2001. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32815>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 17, 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

SCHÄFER, Murilo Billig. Digitalização de documentos: implicações no acesso às informações arquivísticas. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SILVA, Enio Waldir da. O papel da extensão no cumprimento da função social da universidade. In: FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da (org.). *O papel da extensão e a questão das comunitárias*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; FERREIRA, Elane Rodrigues da Silva. Os arquivos eclesiásticos e a arquivística brasileira: uma análise dos artigos publicados nos periódicos arquivísticos brasileiros. *Ágora*, v. 27, n. 54, p. 7-28, jul. 2017. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/614>>. Acesso em: 1º jan. 2018.

VIDIGAL, Gustavo. Uma aproximação fundamental. In: ROCHA JR, Alberto Ferreira da (org.). *Extensão universitária e cultura*. São João Del Rei: Malta, 2008.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.